

DOSSIÊ

**DESCONFIADOS,
CONECTADOS E
INDIGNADOS: CRISE DE
REPRESENTAÇÃO E
MÍDIAS DIGITAIS NO
BRASIL, MÉXICO E PERU**

*DISTRUSTFUL, CONNECTED
AND INDIGNANT: CRISIS OF
REPRESENTATION AND DIGITAL
MEDIA IN BRAZIL, MEXICO
AND PERU*

Joscimar Silva* 

* Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Ciência Política, Teresina, PI, Brasil.
E-mail: joscimar144@gmail.com.

RESUMO

O objetivo do trabalho é fazer uma análise sobre os diversos indicadores de crise de representação no Brasil, México e Peru, considerando que esses elementos ajudam a explicar as atuais mudanças no comportamento político do eleitorado, especialmente o que tem sido manifestado via mídias sociais digitais: a alta desconfiança política e a forte indignação contra a política. Utiliza-se uma análise descritiva da série histórica do Latinobarómetro (2010–2020). Os resultados identificam o acirramento da crise de representação na última década, e interpreta-se que essa crise é a geradora da turbulência manifestada na opinião pública.

Palavras-chave: Crise de Representação; Comportamento Político; Comunicação Política; Opinião Pública.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to make an analysis of the various indicators of crisis of representation in Brazil, Mexico and Peru, considering that these elements help to explain the current changes in the electorate's political behavior, especially what has been manifested via digital social media: the high political distrust and the strong indignation against politics. A descriptive analysis is based in the historical series of the Latinobarómetro (2010–2020). The results identify the intensification of the crisis of representation in the last decade and that this crisis is the generator of the turmoil manifested in public opinion.

Key words: Representation Crisis; Political Behavior; Political Communication; Public Opinion.

OS SINTOMAS DA CRISE DE REPRESENTAÇÃO

O presente trabalho apresenta o cenário de crise de representação no Brasil, México e Peru e aponta como essa crise atual (2010–2020) reflete as atitudes dos cidadãos e, especialmente, como as mídias sociais digitais estão intimamente conectadas com o novo ciclo dessa crise.

A pergunta que norteia este trabalho é: a ampla desconfiança e indignação políticas que têm se manifestado na última década no Brasil, México e Peru são resultantes da crise de representação política? Para responder a essa pergunta, listamos cada variável que compõe o polissêmico conceito de crise de representação e, ao analisá-las em conjunto, discutimos suas conexões com a mudança no cenário informacional, onde as mídias sociais digitais ampliam seu espaço de informação política, antes dominado pela mídia tradicional.

O objetivo do artigo é apresentar as conjunturas políticas da crise de representação no Brasil, México e Peru. Partindo disso, discute-se o cenário de satisfação com a democracia na última década, a preferência partidária e a confiança nos partidos políticos, o nível de confiança nas instituições democráticas, nas forças armadas e na religião, a percepção da corrupção e a avaliação da economia. A partir disso, analisa-se como as mudanças no cenário informacional influenciaram as mobilizações sintomáticas para a crise de representação, os usuários comuns e as lideranças políticas.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizamos a abordagem da legitimidade nos estudos sobre cultura política. Para a operacionalização das variáveis, priorizamos o uso de dados da série histórica do Latinobarómetro, demonstrando os casos analisados a partir da estatística descritiva (Brasil, México e Peru), além da integração de dados de pesquisas locais dos referidos casos e, ainda, dados comparativos sobre o uso de mídias sociais digitais nesses países. A partir das análises, o artigo conclui com o cenário das mídias e da opinião pública na conjuntura da crise de representação e nos protestos antissistema de maneira contextualizada no Brasil, México e Peru.

A desconfiança política está relacionada ao contexto de redução da crença nas instituições da representação política, em especial nos partidos políticos. Os indivíduos que concentram maior desconfiança política podem ser considerados cidadãos críticos se essa desconfiança provém do aumento da informação política e da capacidade de processar essas informações, sendo um qualificador do debate

democrático e um sinal de aumento da participação política (NORRIS, 1999). Mas, no caso de um contexto de agravamento da crise de representação, onde historicamente foi baixa a confiança nos partidos, em detrimento da expressão de cidadãos críticos, há a predominância de manifestações de antipolítica (PANEBIANCO, 1996), uma reação de descrédito e negação da política como parte até mesmo do processo eleitoral, o que, inclusive, é estimulado por candidaturas antissistema (MAIR, 2015; TELLES, MUNDIM e BAPTISTA, 2020; SILVA, 2020).

Tabela 1 – Variáveis que compõem o indicador de crise de representação

Satisfação com a democracia
Preferência partidária
Confiança nos partidos
Confiança nas instituições representativas e não representativas
Percepção da corrupção
Percepção da economia

Fonte: elaboração própria, com base em Castells (2018) e Telles (2018).

A desconfiança se torna “viral” na presente década, especialmente porque os desconfiados estão “conectados” às mídias sociais digitais. Essas mídias sociais digitais se tornaram plataformas de expressão da indignação política, especialmente nos momentos de efervescência dos protestos antissistema (CASTELLS, 2013, 2018; PENTEADO e LERNER, 2018; TELLES, 2016). Segundo Moreno e Sierra (2016), a estrutura de câmara de eco das mídias sociais digitais possibilita que os discursos mais extremistas reverberem com maior força nessas plataformas, onde os usuários autocentrados querem se enxergar e se reafirmar nos discursos. Isso pode ser percebido em usuários comuns e até em líderes políticos que utilizam essas mídias digitais. Porém, ao incentivar uma intensa polarização política, cria-se mais um entrave à convivência e ao diálogo democrático, pois se segrega, distingue e instrumentaliza rivalidades on-line que podem ser projetadas para além dos ambientes dessas plataformas digitais (MORENO, 2018; SUSTEIN, 2017).

Dessa forma, além de desconfiados e conectados, encontra-se formada uma massa de indignados. Diferente das leituras mais otimistas quanto aos possíveis incrementos que esses movimentos possam trazer à democracia (CASTELLS, 2013; ARAÚJO, PENTEADO e SANTOS, 2015), constatou-se posteriormente que a indignação dos conectados às mídias sociais digitais, por mais que eles expressem algum nível de esperança, como a luta contra a corrupção, resultou em um padrão que

aprofundou ainda mais a crise política, ao abrir espaços para a antipolítica e para as lideranças antissistema (CASTELLS, 2018; PENTEADO e LERNER, 2018; SILVA, 2018).

Segundo Torcal e Monteiro (2006), a insatisfação política não implica uma crise de legitimidade democrática, já que muitas democracias, particularmente democracias de terceira onda, mostram altos níveis tanto de apoio democrático quanto de desafeição política. Porém, nos casos aqui estudados (Brasil, México e Peru), temos altos índices de insatisfação política somados a baixos índices de adesão democrática. Seriam os casos aqui estudados exemplares de uma cultura política de desafeição histórica, em que a longevidade da experiência democrática possa reduzir a insatisfação e a desconfiança? Ou seriam casos exemplares aparentemente indicadores de que os baixos índices de legitimidade democrática permanecem mesmo após décadas de experiência democrática vigente, e que a série histórica demonstrará uma recente conjuntura de agravamento da crise de representação?

O pressuposto teórico assumido no desenho de pesquisa deste trabalho é que os dados da série histórica do Latinobarómetro demonstrariam haver uma crise de representação no Brasil, México e Peru, acirrada na última década (2010-2020). Assim sendo, não se trata apenas de razões histórico-culturais, de serem democracias jovens e terem experimentado regimes autoritários recentemente, mas do fato de que a cultura política e a opinião pública retroalimentam uma rejeição aos valores democráticos e uma profunda desconfiança nas instituições e procedimentos da democracia representativa, e que, somados a isso, há um agravamento reativo dessa desafeição e um aumento da descrença, dada a percepção subjetiva do desempenho da representação política nos países analisados.

Na perspectiva da informação, as mídias tradicionais compartilham poder de informação política com as mídias digitais. Os países da América Latina com maior difusão da internet proporcional à população são: Uruguai, Argentina, Chile, Costa Rica e Brasil (ITU, 2016). Nos três países estudados neste trabalho, também houve um aumento do consumo de informação política via internet. Essa rápida mudança no cenário informacional nas últimas décadas também levou a mudanças no comportamento político. A forma de articulação de mobilizações políticas mudou de plataformas e transformou as mídias sociais em um poderoso instrumento de vinculação e articulação política conectada (CASTELLS, 2013, 2018).

Em quase todos os países da América Latina, há ocorrência de protestos mediados por mídias sociais em que reivindicações de novas formas de política foram evocadas.

Diante do critério dos protestos, selecionamos como casos mais expressivos o Brasil, o México e o Peru, onde houve grandes protestos mediados pelas mídias sociais digitais e onde há indicadores de uma profunda crise de representação, elemento decisivo para a inclusão desses países.

Diversos estudos sobre os contextos locais, a exemplo de Araújo, Penteado e Santos (2015) no Brasil, Moreno (2018) no México e Coronel (2019) no Peru, têm indicado o aumento do papel das mídias sociais digitais como fontes de informação e de articulação política em torno de grupos de mobilização e protestos.

Nas próximas seções são apresentados e discutidos os dados de satisfação com a democracia, preferência partidária, confiança nos partidos, confiança nas instituições representativas e não representativas, percepção da corrupção e percepção da economia, e como as configurações midiáticas têm atuado em meio à crise de representação nas conjunturas eleitorais recentes no Brasil, México e Peru.

O AUMENTO DA INSATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA NO BRASIL, MÉXICO E PERU

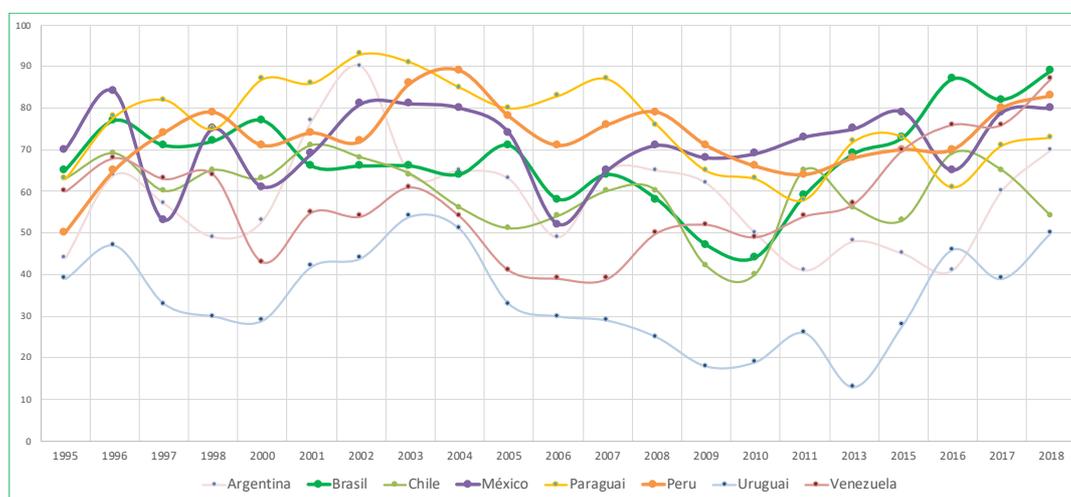
A satisfação com a democracia reflete tanto a experiência cidadã com os resultados políticos experimentados nos governos democráticos quanto a própria percepção do valor intrínseco da democracia enquanto forma de governo. Assim, o aumento da proporção dos que se dizem insatisfeitos reflete não apenas uma insatisfação pontual com os governantes do momento, mas expõe uma corrosão das práticas democráticas como um todo; a democracia como modelo também perde seu valor, junto com a legitimidade dos resultados políticos esperados pelos governos democráticos. A percepção da democracia também é fruto da vinculação e confiança nos partidos políticos e dos conteúdos e enquadramentos das informações políticas recebidas pelos cidadãos, como as notícias que afetam a percepção de corrupção, da economia e do desempenho governamental.

Um padrão que permeia toda a série histórica de satisfação com a democracia no Brasil, México e Peru (1995–2018) é a alta insatisfação com a democracia em quase todos os países (dados resultantes da soma dos “não muito satisfeitos” e “nada satisfeitos”).

Conforme se nota na Figura 1, a insatisfação nos países latino-americanos sempre teve uma alta variação, desde o maior valor, de 93%, no Paraguai em 2002, ao menor valor, de 13%, no Uruguai em 2013. Essa variação passou a ter uma margem menor a

partir de 2015. Em 2018, o menor grau de insatisfação era registrado no Uruguai, com 50% de insatisfeitos, e o maior no Brasil, com 89% de insatisfeitos, demonstrando uma variação para um índice mais alto de insatisfação entre os anos 2015 e 2018. O Brasil só teve índices de insatisfação com a democracia menores que 50% nos anos 2009 e 2010. Os casos do México e Peru sempre mantiveram índices altos de insatisfação, variando entre 50% até próximo a 90% de insatisfeitos com a democracia. Em 2018, Brasil, México e Peru estavam com um índice de insatisfeitos com a democracia acima de 80%. Os índices desses países são comparáveis aos índices de insatisfação dos venezuelanos, que passavam no período e ainda passam por uma profunda crise econômica e social, levando à migração em massa.

Figura 1 – Insatisfeitos com a democracia em seu país (América Latina), com destaques para Brasil, México e Peru



Nota: Foram selecionados apenas os países presentes em toda a série histórica.

Fonte: Latinobarómetro 1995-2018.

Fica evidente que a segunda metade da década de 2010 foi marcada pela queda de confiança na democracia nesses três países analisados. A pergunta de satisfação com a democracia considera o país do entrevistado, ou seja, reflete também uma avaliação dos entrevistados com relação à situação política do país. Assim, a conjuntura política local é um fator explicativo importante para compreender essas quedas acentuadas na satisfação com a democracia. Mas, para uma compreensão mais global, é importante verificar também outras variáveis da crise de representação: preferência por partidos, confiança nos partidos, quem os partidos representam, confiança nas instituições, a preferência pelas forças armadas ou governos autoritários, a percepção da corrupção e a avaliação da economia.

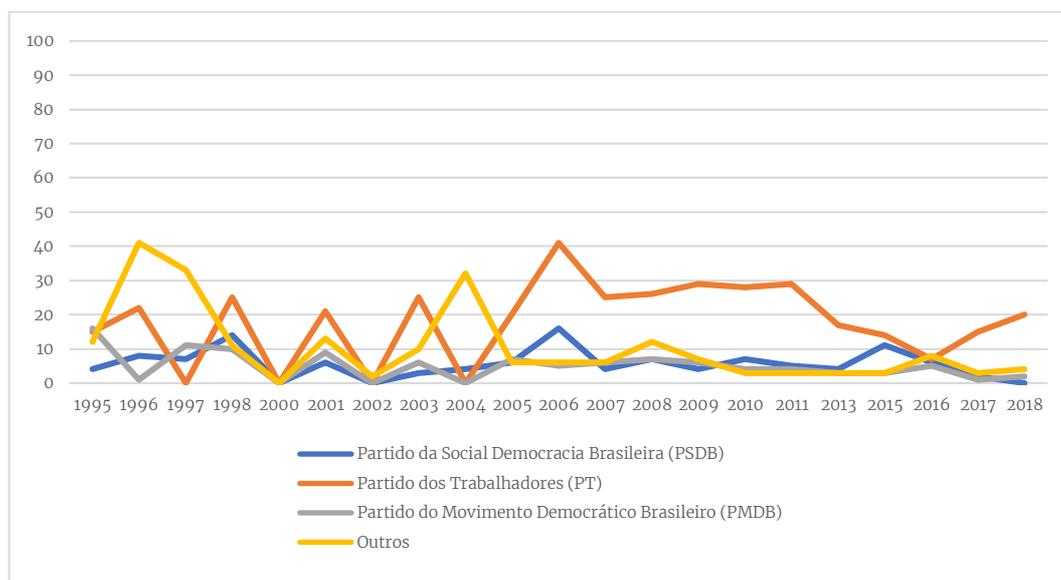
PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA NO BRASIL, MÉXICO E PERU

As preferências partidárias dos cidadãos de um país estão relacionadas a um padrão de estabilidade no voto e ao pouco espaço para a emergência de candidatos independentes e de lideranças ou movimentos antissistema. Os sistemas partidários com concentração de preferências estabilizadas entre dois partidos proporcionam estabilidade no jogo eleitoral.

Em contraponto, quando há baixos níveis de identificação partidária, e a estruturação dessa identificação entre o eleitorado é frágil, há sinalização de que os partidos desempenham pouca influência na concentração de preferências na opinião pública. Nesse caso, os partidos políticos tendem a ser alheios à percepção do eleitorado e têm menos chances de serem percebidos pela opinião pública como mediadores no processo de representação.

Para esta análise da identificação partidária, foram utilizados dados da série histórica do Latinobarómetro (1995–2018) para os casos do Brasil e Peru, e uma série histórica organizada por Moreno (2018) sobre o México (1989–2017). A série histórica de adesão aos partidos do Latinobarómetro não reflete sempre os dados das pesquisas locais, dado que o questionário do Latinobarómetro pergunta de maneira indireta sobre a identificação partidária com a pergunta: “em qual partido você votaria se houvesse eleições no próximo domingo?”. Porém, nos casos do Brasil e Peru, foi mantida a série histórica do Latinobarómetro dada a inacessibilidade a uma série histórica mais completa vinda de pesquisas nacionais.

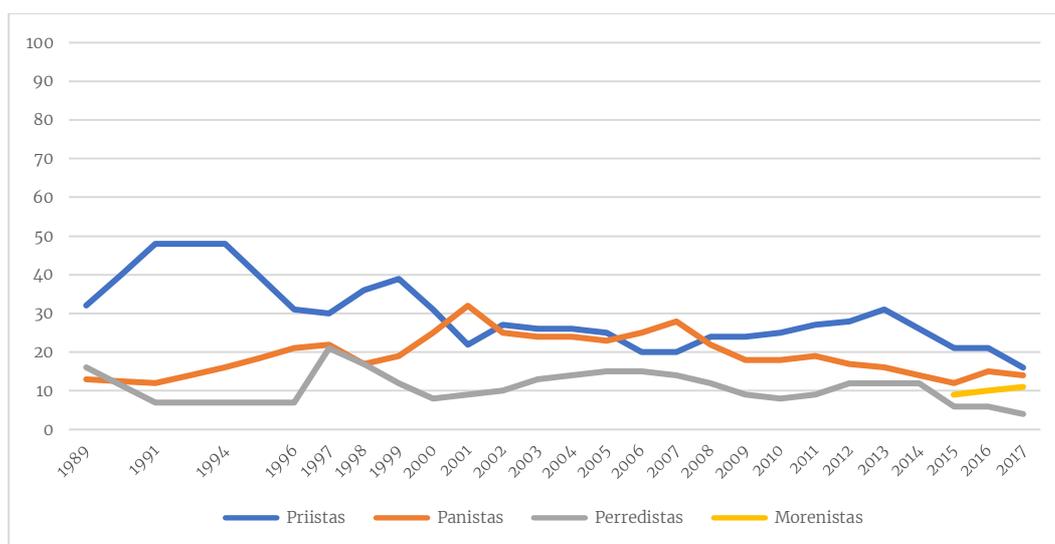
Figura 2 – Série histórica de identificação partidária no Brasil (%)



Fonte: Latinobarómetro 1995–2017.

No contexto brasileiro, a série histórica demonstra uma relevante identificação com o Partido dos Trabalhadores (PT). Porém, em toda a série histórica, a maioria dos brasileiros não tem preferência partidária. Além disso, o grande número de partidos existentes no Brasil torna complexa a escolha de uma marca partidária com a qual o eleitor possa se identificar. Também a centralidade do PT faz com que não apenas este seja o partido com maior identificação partidária positiva, mas também é o partido com maior proporção de eleitores que o rejeitam (SAMUELS e ZUCCO, 2018).

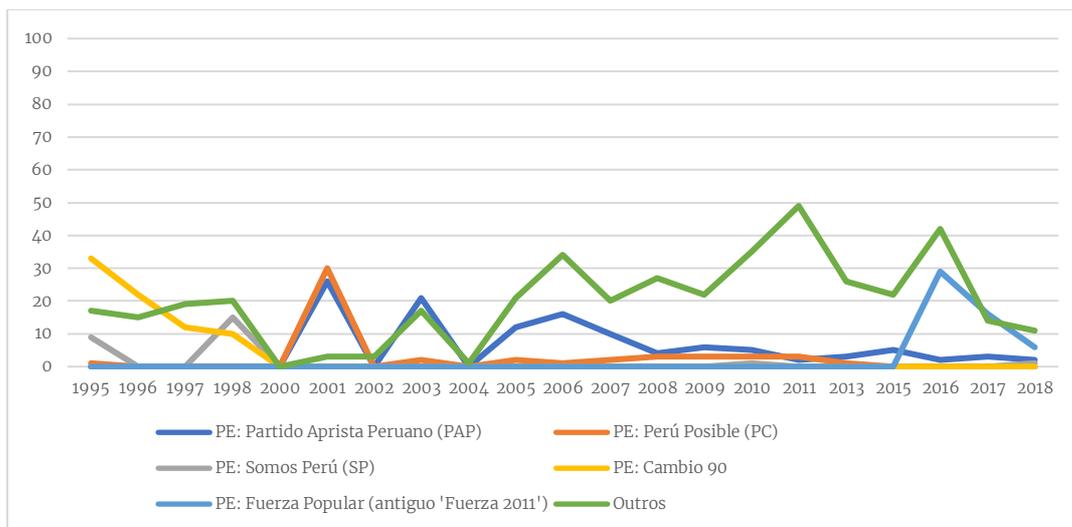
Figura 3 – Série histórica de identificação partidária no México (%)



Fonte: Moreno (2018).

No caso mexicano, houve uma ampliação do escopo de partidos e declínio da identificação partidária positiva com os partidos estruturadores do sistema, especialmente o PRI, que detinha a maior parcela de adesão na maior parte da série histórica. No México também foi marcante na última década o aumento das candidaturas independentes, possibilitadas em lei – assim como também foi permitido em lei o financiamento público das candidaturas independentes –, além da ascensão do MORENA, partido insurgente liderado por Andrés Manuel Lopez Obrador, atual presidente do México (MORENO, 2015).

No contexto peruano, houve o total declínio do partido Cambio 90, que era comandado pelo líder personalista e autoritário Alberto Fujimori. Também houve declínio do partido Aprista Peruano. No contexto recente, há um processo de ascensão de pequenos partidos e a intenção de formação de novos partidos, como o partido Morado, liderado pelo líder político digital Julio Guzmán. Além da persistente fragilidade da estruturação partidária que permitiu a entrada do líder personalista Fujimori em 1990, há também forte rejeição à classe política.

Figura 4 – Série histórica de identificação partidária no Peru (%)

Fonte: Latinobarómetro 1995-2018.

Nos três casos, não há preferências consolidadas por partidos políticos, nem uma polarização entre as preferências partidárias ao longo do tempo, predominando sempre aqueles que não têm preferências por nenhum partido político.

Embora o México tenha experimentado uma forte estruturação da identificação partidária pelo PRI, essas taxas mais altas de identificação ocorreram antes do fim do processo de democratização do país (2000). Com a democratização, há o processo de ascensão do PAN, porém a identificação com esses dois maiores países entra em declínio rapidamente. No caso brasileiro, o partido com os maiores índices de identificação do eleitorado, o PT, perde força com o agravamento da crise de representação e com os profundos escândalos midiáticos de corrupção que tomaram a agenda política do país a partir de 2013 (BAPTISTA, 2017; KERCHÉ e FERES JÚNIOR, 2018; TELLES, 2018).

O AGRAVAMENTO DA DESCONFIANÇA NOS PARTIDOS E O VAZIO DA REPRESENTAÇÃO NO BRASIL, MÉXICO E PERU

Sob a abordagem da legitimidade, a confiança nas estruturas institucionais da democracia liberal é fundamental não apenas para a sua legitimação, mas também para o seu funcionamento. Entendendo a relação dupla entre o desempenho institucional e a opinião pública sobre esse expressa, é que podemos analisar suas continuidades, rupturas ou mesmo processos de mudança sob a ótica da abordagem da legitimidade nos estudos de cultura política.

Segundo Peter Mair (2015), nas democracias consolidadas, a saída dos partidos do cenário político passa antes pelo aumento da indiferença com relação à política. Essa indiferença leva ao desinteresse do cidadão em participar da vida pública, à maior volatilidade eleitoral e à perda de filiados. Porém, o que ocorre em cenários onde a indiferença e o desinteresse já são altos ou mobilizados apenas diante do personalismo ou do populismo político? (BAQUERO, 2000, 2010; FRIEDENBERG, 2007; RUIZ, 2015, 2017).

A desconfiança nos partidos, nos casos do Brasil, México e Peru, guarda, portanto, um comportamento cultural, em que a cultura política ainda não desenvolveu a democracia de partidos de maneira consolidada. Considerando que a democratização desses três países ocorreu no final do século XX, quando já predominava o modelo de democracia de público, mesmo havendo formalizado o sistema partidário, a mobilização do eleitorado nunca se deu a partir dos partidos, mas a partir das lideranças. Portanto, sendo os partidos políticos alheios aos cidadãos, há pouca percepção da sua importância enquanto instituição de representação política, e também pouca confiança, dados o desconhecimento e a exposição negativa dos partidos feita pela mídia (AZEVEDO, 2017, 2018; KERCHE e FERES JÚNIOR, 2018; MORENO, 2018; RUIZ, 2015; SANTANDER, 2009).

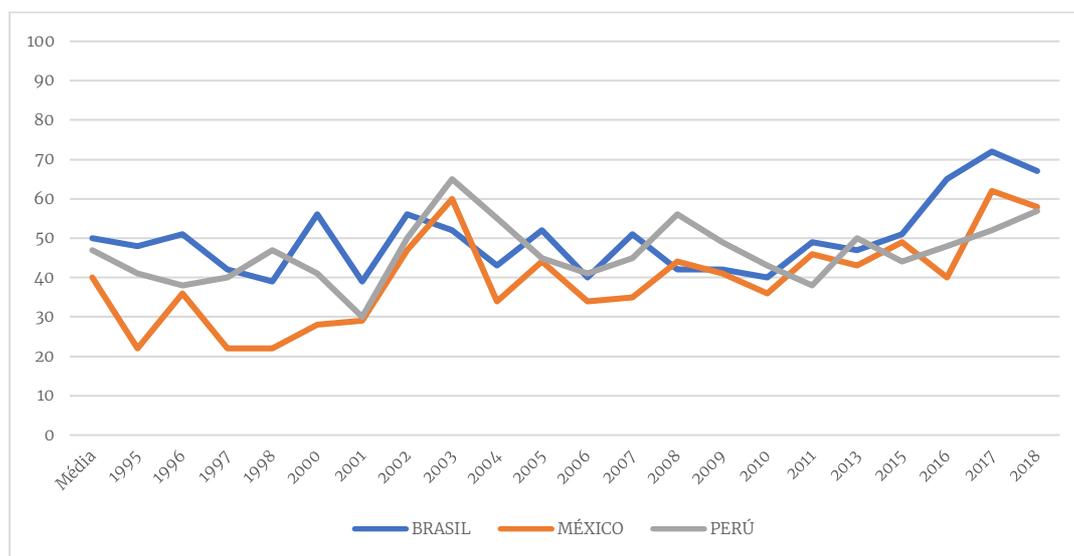
A confiança depositada sobre os partidos políticos é fundamental para que continuem a desempenhar o papel de mediadores na representação política, sendo capazes de agregar apoiadores e representantes a partir de pautas sólidas que possam conformar políticas públicas e modelos de gestão. Porém, nas democracias consolidadas, esse vínculo de confiança tem sido rompido principalmente por dois fatores: 1. o afastamento dos partidos de suas bases, concentrando-se na disputa interna ao Estado; 2. a predominância no cenário eleitoral dos líderes políticos, das características personalistas e altamente midiáticas (MAIR, 2015; RICO, 2009; ERYSZEWICH, 2016).

Considerando o cenário da América Latina, com partidarismo débil, de baixa adesão à democracia e de recentes protestos antissistema, é fundamental compreender o quanto a opinião pública confia nos partidos políticos, já que eles são o principal instrumento da representação política nas democracias contemporâneas.

No contexto dos três países analisados, aumentou a desconfiança nos partidos políticos. No Brasil, a acentuação do aumento da desconfiança se dá a partir do ano 2013, quando se iniciam as ondas de protestos antissistema no país, e em 2017 alcança a máxima histórica em mais de 20 anos, alcançando um total de 72% que não tem nenhuma confiança nos partidos políticos. No México, a desconfiança oscila muito ao

longo da série histórica, mas apresenta aumento tendencial a partir de 2007, chegando ao pico em 2017, com 62% dos cidadãos sem nenhuma confiança nos partidos políticos, também uma máxima histórica. O caso peruano também apresenta diversas oscilações ao longo da série histórica, mas aparece um tendencial aumento da ausência de confiança nos partidos políticos a partir de 2011.

Figura 5 – Nenhuma confiança nos partidos políticos – Brasil, México e Peru



Fonte: Latinobarómetro 1995-2018.

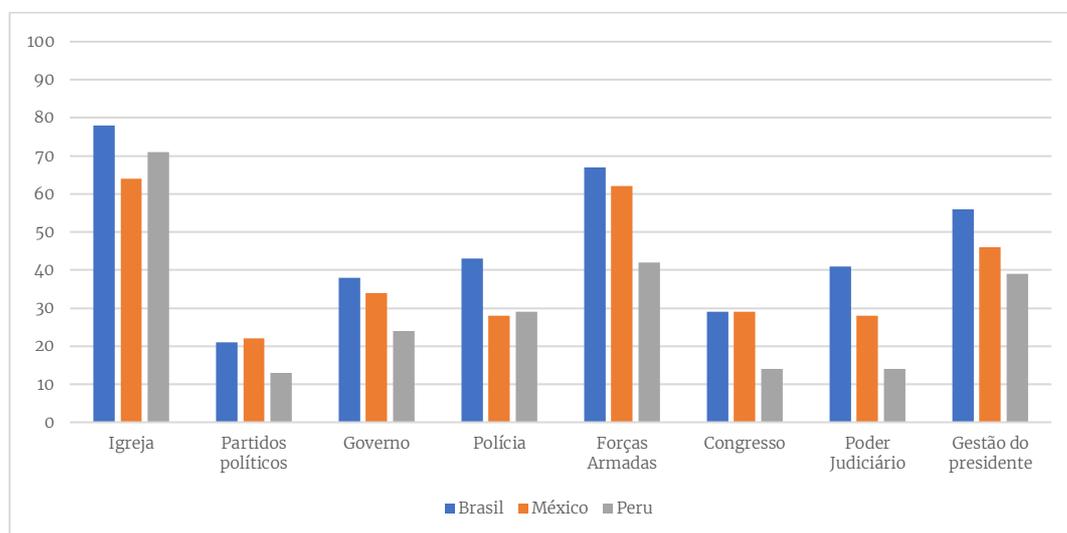
Mair (2015), ao discutir a crise de representação nas democracias mais antigas, aponta que ainda não há um substituto aos partidos capaz de promover a representação política e que o fim da confiança nos partidos políticos e o seu conseqüente desaparecimento podem significar o fim da democracia representativa. Mair alerta que muitos líderes políticos, mesmo na condição de representantes políticos, recorrentemente atacam os partidos como se fossem apenas adereços da democracia, desconsiderando seu papel como “espinha dorsal” do sistema democrático.

Tanto no Brasil quanto no México e no Peru, houve fortes movimentos contestatórios quanto à legitimidade dos partidos políticos principais. No caso brasileiro, a visibilidade midiática da Operação Lava Jato atingiu diretamente a imagem do PT. Nos casos mexicano e peruano, os movimentos de candidaturas independentes atacaram diretamente a imagem dos três maiores partidos e fizeram surgir partidos emergentes: MORENA, no México, e Partido Morado, no Peru.

AS INSTITUIÇÕES EM QUE CONFIAM, OS VALORES E A PERCEPÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL, MÉXICO E PERU

Considerando que a análise da confiança nos partidos e na representação política precisa levar em conta a confiança nas demais instituições políticas, para fins de comparação e para um diagnóstico das razões da crise de representação, esta seção se dedica à análise comparada da confiança que os brasileiros, mexicanos e peruanos depositam sobre as instituições. E, ao desenvolver um estudo a partir da cultura política, considerando o papel histórico das forças armadas na manutenção dos regimes autoritários nesses países, é fundamental discutir também a legitimidade do exercício político dessas forças para a população desses países.

Figura 6 – Confiança nas instituições e avaliação do Presidente no Brasil, México e Peru 2013 (em %)



Fonte: Latinobarómetro 2013.

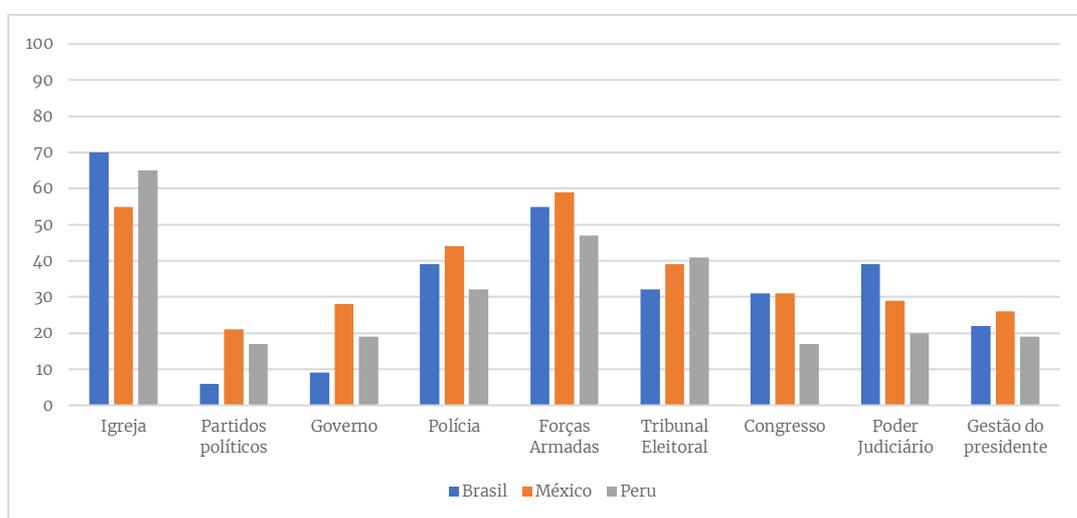
No ano de 2013, que marca o início dos protestos no Brasil e o desdobramento dos protestos no México, as instituições com maior confiança popular eram a Igreja, representando instituições religiosas diversas, e as Forças Armadas.

A marcante confiança na Igreja no Brasil, México e Peru remete diretamente aos valores mais tradicionais de cultura política, explicados pela forte influência religiosa. A religião assume um lugar central na demarcação dos valores de cultura política, mas também ocupa um espaço de maior legitimidade política, que deveria ser delegado às instituições representativas. Outro aspecto que demonstra a baixa contribuição da experiência democrática para a sua legitimidade é a confiança nas Forças Armadas. Essa alta taxa de confiança se explica pela forte presença histórica dos militares na política (SOARES, 2001).

Por outro lado, as instituições de representação política sofrem com o baixo desempenho na avaliação de confiança, especialmente os partidos políticos, a instituição mais mal avaliada. Os partidos contavam à época com 21% de confiança no Brasil, 22% no México e 13% no Peru, o que não se distancia da média da série histórica do Latinobarómetro entre 1995 e 2014, que é de 16% no Brasil, 21% no México e 14% no Peru.

Em 2013, a gestão da presidenta Dilma Rousseff no Brasil permanecia relativamente bem avaliada em 56%. No caso dos presidentes Enrique Peña Neto, no México, e Ollanta Humala, no Peru, a avaliação estava em declínio, sendo naquele momento de 46% e 39%, respectivamente.

Figura 7 – Confiança nas instituições e avaliação do Presidente no Brasil, México e Peru 2016 (em %)



Fonte: Latinobarómetro 2016.

Porém, no ano de 2016, a confiança nos partidos no Brasil caiu para 6%, sendo a mais drástica alteração na comparação entre os três países. O México e o Peru permanecem estáveis, mantendo a baixa confiança nos partidos dentro da média da série histórica. É importante ressaltar que, embora os casos do México e do Peru mantenham, em 2013 e em 2016, indicadores de confiança nos partidos próximos à média da série histórica do Latinobarómetro, a mesma série mostra que a confiança nos partidos era maior entre os anos 1995 e 2000, antes da democratização desses países. Por exemplo, no ano 2000, a confiança nos partidos no México e Peru era de 35% e 36% respectivamente. Ou seja, a experiência democrática recente nesses países é marcada pela baixa confiança nos partidos.

Assim como nos anos de 2013 e 2016, a série histórica demonstra uma alta confiança dos brasileiros, mexicanos e peruanos na Igreja e nas Forças Armadas. Entre os anos de 1995 e 2018, conforme a série do Latinobarómetro, em média 75% dos brasileiros, 63% dos mexicanos e 71% dos peruanos confiavam na Igreja. Conforme assinalam Carballo e Moreno (2013), a religião continua desempenhando um papel importante na manutenção dos valores tradicionais nesses países. As Forças Armadas também mantêm uma alta confiança popular quando comparadas às demais instituições. A média da série histórica mostra que 59% dos brasileiros, 51% dos mexicanos e 42% dos peruanos confiam nas Forças Armadas.

A baixa confiança nas instituições de representação como os partidos, o Congresso e os governos, e a alta confiança nas instituições não representativas e, portanto, que sofrem menos controle democrático, é um dos sinais da baixa consolidação da democracia nesses países. Essa característica de legitimidade das instituições na América Latina configura uma instabilidade do padrão democrático, ao mesmo tempo em que retarda o desenvolvimento de valores seculares-rationais.

O AUMENTO DA PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO NO BRASIL, MÉXICO E PERU

A literatura aponta que um dos principais problemas que leva a sentimentos antipolítica, antidemocráticos e contra os partidos políticos é a percepção da corrupção. O aumento na percepção da corrupção faz com que os cidadãos se sintam mais vulneráveis e reajam com posicionamentos mais indignados, o que, por vezes, atinge a confiança na democracia (CASTELLS, 2013, 2018; FILGUEIRAS, 2015; LA PUENTE, 2016; SELIGSON, 2002; TELLES, 2016). Essa desconfiança na democracia causada pela percepção da corrupção não passa somente pela exposição dos casos pelas mídias digitais, mas também, em grande parte, é fomentada pela mídia tradicional, capaz de produzir conteúdos que se disseminam pelas outras mídias (TELLES, 2015, 2016; BAPTISTA, 2018; AZEVEDO, 2017, 2018).

Tabela 2 – Score de desempenho na percepção da corrupção por país (2012-2018)

País	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Diferença 2018-2012
Brasil	43	42	43	38	40	37	35	-8
México	34	34	35	31	30	29	28	-6
Peru	38	38	38	36	35	37	35	-3

Fonte: Transparency Internacional (2019).

A Tabela 2 apresenta o *score* de desempenho de países da América Latina em relação à percepção da corrupção. Esse indicador varia de 0 a 100, sendo 0 o pior desempenho e 100 o melhor desempenho no combate à corrupção, ou seja, a menor percepção cidadã da corrupção. Com exceção de Uruguai, Chile e Costa Rica, todos os demais países da América Latina têm resultados baixos no *score* de desempenho da Transparência Internacional, com base nos indicadores de percepção da corrupção.

Nos casos selecionados para este trabalho – Brasil, México e Peru – é perceptível a queda no desempenho. O caso brasileiro, com melhor desempenho dentre os três, é marcado por oscilações, com tendência à queda, com *score* de 43 em 2012 e de 35 em 2018, caindo oito posições no *ranking*. O Peru vem também com leve tendência de declínio, caindo no *score* de 38 entre 2012 e 2014 para 35 em 2018, perdendo três pontos no *score*. O pior desempenho dentre os três países é do México, que teve o seu melhor *score*, de 35, em 2014 e caiu para 28 em 2018, perdendo seis pontos no *score* na comparação entre 2012 e 2018 e mantendo uma das mais altas percepções de corrupção da América Latina.

Embora a forma de mensuração dos dados de percepção da corrupção possa sofrer questionamentos em razão de ser fruto das opiniões contextuais que podem se expressar como insatisfações com o governo ou como resultado de uma grande exposição midiática sobre escândalos de corrupção, para os fins deste trabalho, tais opiniões, ainda que contextuais, são fundamentais, pois são capazes de, junto a outros indicadores, nos ajudar a compreender possíveis mudanças na opinião pública.

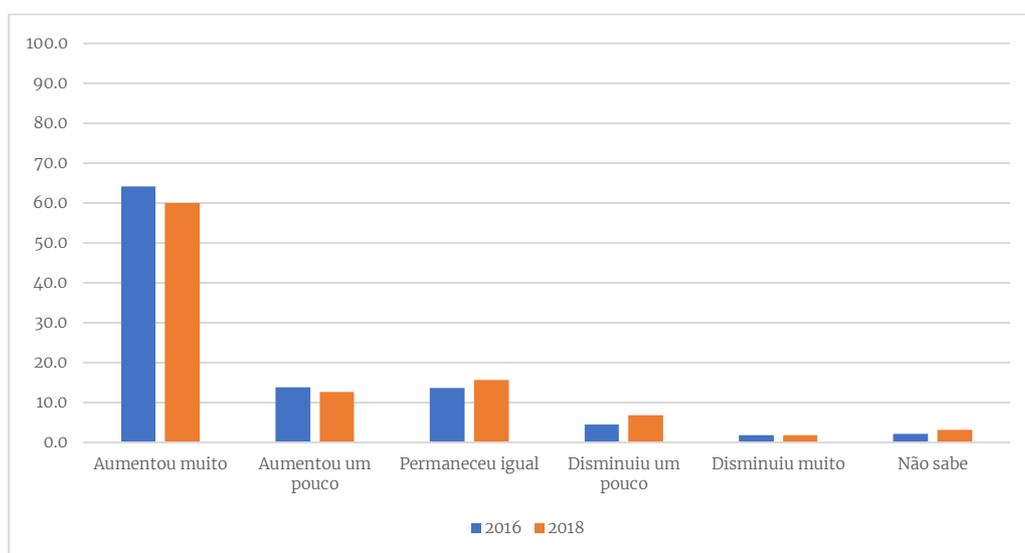
La Puente (2016) afirma que, no contexto espanhol, o aumento da percepção da corrupção desencadeou uma descrença mais ampla nos partidos e na democracia representativa, abrindo caminhos para o afastamento cidadão na política e para candidatos com discursos antipolítica. Diversos estudiosos brasileiros também identificaram o mesmo fenômeno de aumento da descrença mais ampla nos partidos políticos e na democracia brasileira após a Operação Lava Jato, que teve como alvo casos de corrupção envolvendo os principais partidos do país, com um foco incisivo na imagem do PT. A Operação Lava Jato no Brasil e a Operação Mãos Limpas na Itália, ressalvadas as devidas especificidades, atingiram a legitimidade institucional e agudizaram o sentimento antipolítica (BAPTISTA, 2017; FILGUEIRAS, 2008, 2015; KERCHE e FERES JÚNIOR, 2018; PANEBIANCO, 1996; TELLES, 2015, 2016).

Considerando que, no período entre 2011 e 2018, há um aumento da desconfiança nos partidos políticos, bem como uma grande visibilidade midiática e percepção da opinião

pública sobre casos de corrupção, tanto sobre os partidos quanto sobre as lideranças políticas tradicionais que os representam, é fundamental entender como está a percepção da corrupção nesses três países na atual conjuntura de crise de representação (AHRENS, 2015; BAPTISTA, 2017; CORONEL, 2019; KERCHÉ e FERES JÚNIOR, 2018).

É importante salientar também que estamos tratando aqui da percepção da corrupção e seus impactos na confiança nas instituições e procedimentos da representação política e, portanto, não estamos tratando da experiência direta da relação com a corrupção. Sobre esse assunto, ver Bonifácio e Fuks (2017). Neste trabalho, interessa perceber o quanto os discursos sobre a corrupção no cotidiano, e especialmente nas mídias, afetam a percepção da corrupção e quais as consequências do aumento na percepção da corrupção para a legitimidade das instituições e procedimentos da representação política.

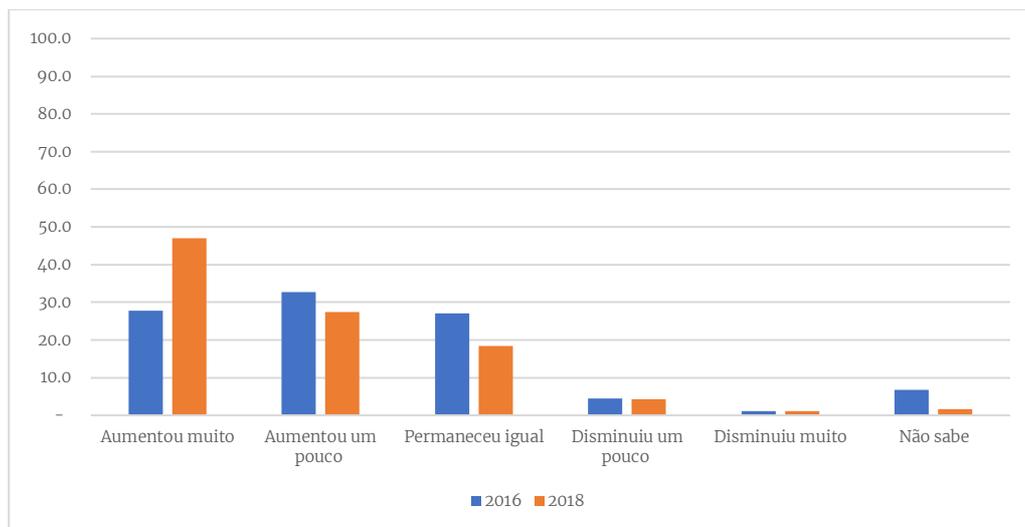
Figura 8 – Percepção da variação do nível de corrupção no Brasil comparado ao ano anterior (%)



Fonte: Latinobarómetro 2016-2018.

Analisando dados dos anos 2016 e 2018 no Brasil, a maioria dos entrevistados percebe que a corrupção aumentou muito. Assim sendo, é fundamental entender se esses níveis de desconfiança apresentados até aqui são relativos apenas às instituições políticas ou se se estendem às demais instituições da sociedade.

Os indicadores de confiança têm apontado a alta desconfiança na mídia no contexto brasileiro atual (43% desconfiam), com queda de confiança de cinco pontos entre 2017 e 2018. Por outro lado, a confiança nas mídias sociais e sites de busca também caiu cinco pontos no Brasil (EDELMAN TRUST BAROMETER, 2018).

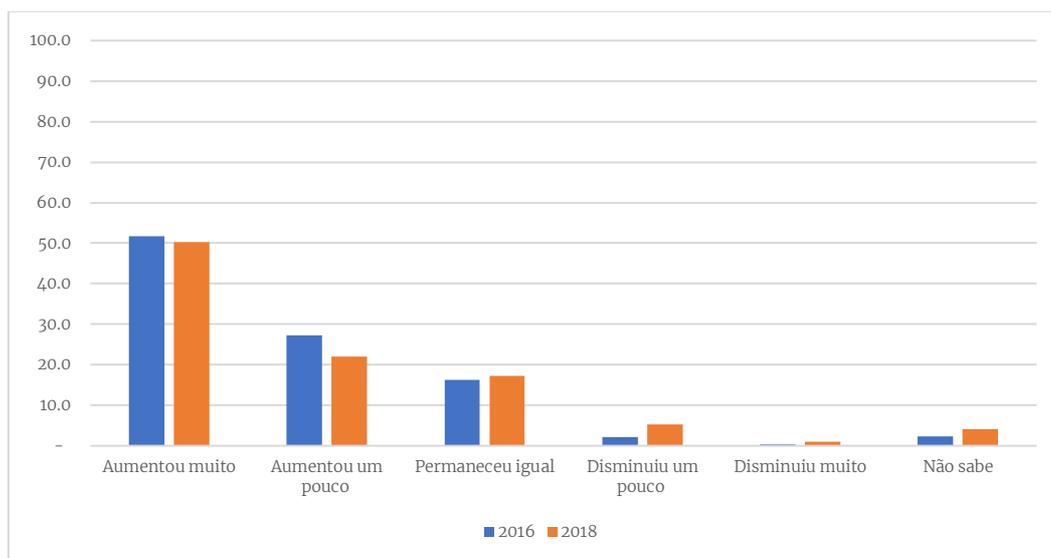
Figura 9 – Percepção da variação do nível de corrupção no México comparado ao ano anterior (%)

Fonte: Latinobarómetro 2016-2018.

Sendo a percepção da corrupção um dos *proxi* de um conjunto de indicadores de crise de representação, no contexto mexicano, os dados de 2016 e 2018 apontam que a maioria dos entrevistados percebe que a corrupção aumentou um pouco ou aumentou muito. Considerando que a mídia é um dos propulsores principais de informação sobre casos de corrupção, apresenta-se a seguir o contexto midiático mexicano e os indicadores de confiança na mídia.

Os indicadores de confiança também têm apontado a alta desconfiança na mídia no caso do México (48% desconfiam), com queda de confiança de um ponto no entre 2018-2019. (EDELMAN TRUST BAROMETER, 2018). Se os cidadãos desconfiam da mídia tradicional, pode essa mídia interferir na confiança na democracia e nas instituições? Como apontam Azevedo (2017) e Baptista (2017), as mídias tradicionais alimentam as mídias digitais com informação e com pautas; assim, as mídias tradicionais continuam sendo relevantes na conformação da opinião pública (KERCHE e FERES JÚNIOR, 2018; TELLES, 2016).

Nesse cenário de desconfiança intensa, um dos indicadores que identificam a crise de representação, que pode levar a desejos de ruptura institucional, está relacionado à percepção da corrupção. No contexto peruano, nos anos 2016 e 2018, a grande maioria dos entrevistados pelo Latinobarómetro no Peru percebem que a corrupção aumentou, sendo que aproximadamente 50% acham que a corrupção aumentou muito e 25% acham que a corrupção aumentou um pouco. Isso soma, aproximadamente, um quarto (1/4) do eleitorado peruano.

Figura 10 – Percepção da variação do nível de corrupção no Peru comparado ao ano anterior (%)

Fonte: Latinobarómetro 2016-2018.

Santander (2009) salienta, com base em uma pesquisa de opinião de 2005, que 81% dos peruanos não confiavam nos meios de comunicação. No contexto peruano, o acesso à internet tem crescido, bem como também cresce a busca de informações políticas via internet, conforme será discutido adiante.

A AVALIAÇÃO DA ECONOMIA, A PERCEPÇÃO DA CRISE ECONÔMICA E AS REAÇÕES POLÍTICAS

A literatura sobre a atual conjuntura da crise de representação nas democracias consolidadas tem apontado que a crise econômica e a percepção desta pela população levou ao aumento da sensação de insegurança pessoal e da percepção de que as elites políticas seriam as responsáveis pela crise, inclusive associando a crise econômica aos casos de corrupção (CASTELLS, 2016, 2018; LA PUENTE, 2016). Assim, é importante verificar se houve alteração no nível de satisfação com a economia no período de maior queda na adesão à democracia.

Tabela 3 – Satisfação com a economia no Brasil, México e Peru (2011-2018) em %

País	Média (1995-2018)	2011	2013	2015	2016	2017	2018
Brasil	26	29	22	12	4	6	5
México	20	18	17	13	20	13	14
Peru	14	22	24	20	21	15	10

Fonte: Latinobarómetro 1995-2018.

O declínio da satisfação com a economia, no Brasil, começa a partir do ano 2013, enquanto no México e Peru ele é perceptível a partir de 2017. No caso brasileiro, a queda da satisfação com a economia tem uma aproximação com os eventos de protestos, reeleição de Dilma Rousseff e o posterior *impeachment* da presidenta. Nos casos mexicano e peruano, o nível de satisfação com a economia varia muito e em momentos muito pontuais, não havendo na série histórica (1995–2018) uma sequência de mais de mais de três anos de queda acentuada.

Considerando esse cenário de crise da representação marcado pela queda na adesão à democracia, aumento da insatisfação com a democracia, queda na adesão aos partidos, agravamento da desconfiança com os partidos, a relação sintomática desses indicadores com a percepção de aumento da corrupção e uma queda na satisfação com o desempenho da economia, é fundamental compreender como essa conjuntura foi transmitida aos cidadãos através das mídias, e também explicitar como os cidadãos de cada um dos países estudados reagiram a esse cenário de crise da representação. As próximas seções deste artigo se dedicam a analisar esses contextos e estabelecer essas relações.

MÍDIAS: FONTES RELEVANTES DE INFORMAÇÃO E DE MOBILIZAÇÃO

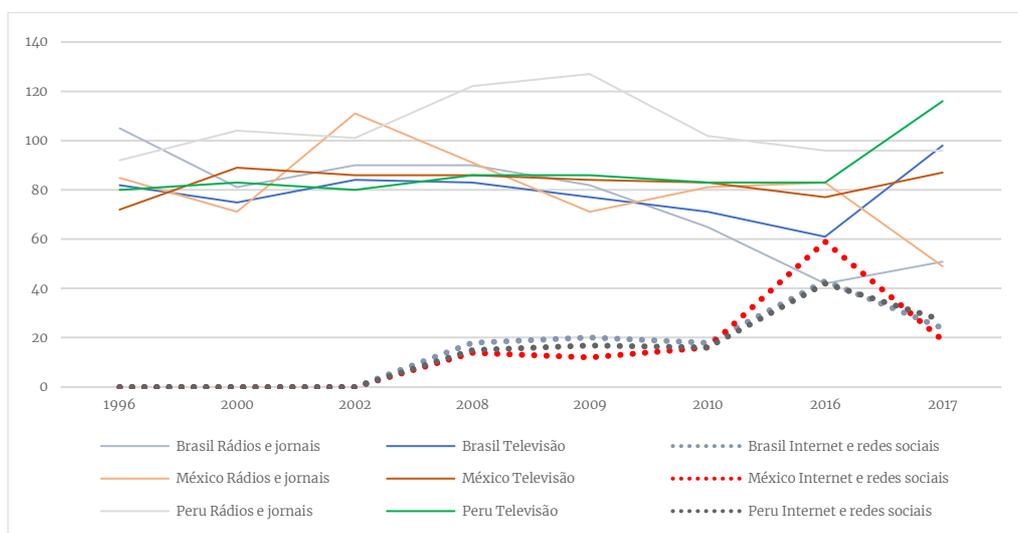
A mídia assume um papel fundamental para a conformação do jogo político (AZEVEDO, 2006, 2017), para a construção da liderança política (CARLETTA, 2016) e para a constituição da representação (MANIN, 1995; MIGUEL, 2003). Esta seção se dedica a analisar e discutir o cenário de comunicação política onde os elementos que compõem a crise de representação conformam-se nas narrativas midiáticas. Para isso, são analisados os contextos específicos das mídias tradicionais e das mídias sociais digitais no Brasil, México e Peru.

Podemos afirmar que houve uma reconfiguração da comunicação política no Brasil, no México e no Peru na última década, e essa reconfiguração foi essencial para a emergência das novas lideranças políticas. Para melhor compreender o papel da crise de representação para a emergência dessas novas lideranças políticas, é fundamental compreender as mudanças na comunicação política local.

A TV predominou como o principal meio de comunicação política durante décadas no Brasil, México e Peru, mas a internet e especialmente as mídias sociais digitais passaram a ser um locus de difusão e produção de conteúdo político na última década.

Porém, essa reconfiguração da comunicação política inicia-se principalmente através dos líderes políticos tradicionais, que se apropriaram dessas ferramentas de mídias sociais digitais. Políticos começaram a disputar os espaços das mídias sociais com influenciadores digitais e líderes de opinião. Almeida (2017) aponta que os deputados federais brasileiros utilizavam mais as mídias sociais que os espaços institucionais ofertados pela Câmara dos Deputados e por outras mídias devido à maior interação e capacidade de atingir o eleitorado. A ampliação da presença de líderes políticos tradicionais nas mídias sociais passou a competir em visibilidade com novos líderes de opinião política que emergiram também como líderes políticos.

Figura 11 – Informação política por meios de comunicação no Brasil, México e Peru (1996 – 2017)



Nota: Os dados podem ultrapassar os 100% por cada categoria ser a soma agregada de mais de um tipo de veículo de comunicação, exceto no caso de televisão.

Fonte: Latinobarómetro 2018.

O gráfico da Figura 11 demonstra o crescimento da internet como meio de informação política nas últimas duas décadas, avançando aproximadamente 20 pontos na primeira década dos anos 2000 e mais 20 pontos até o ano 2016, no Brasil e Peru, e 40 pontos no México. Especificamente com relação à internet e mídias sociais digitais (redes sociais) como meio de informação, a série histórica do Latibarómetro é deficitária, pois capta apenas poucos períodos, não sendo a internet e redes sociais contempladas em todas as rodadas da pesquisa. Por exemplo, o uso de mídias sociais digitais na pesquisa do Latinobarómetro só foi mensurado na rodada 2016 e não foi mensurado em 2017, o que explica o pico da soma internet e redes sociais em 2016.

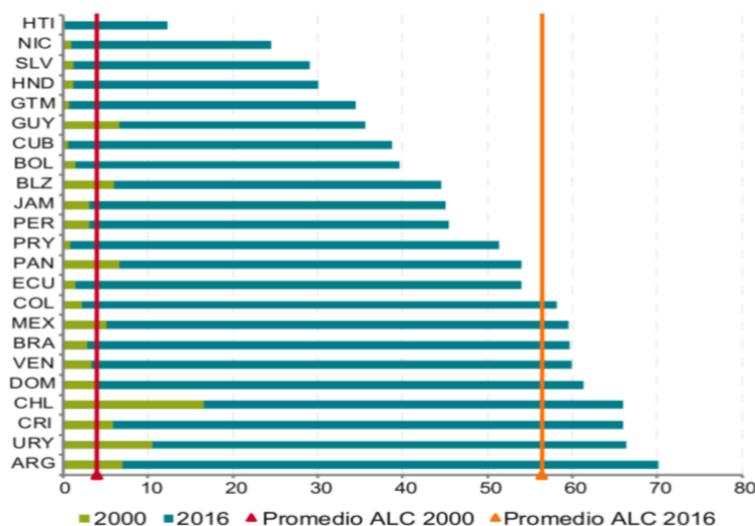
Quanto às mídias tradicionais, a televisão aparece como o meio de informação predominante em todos os três países. Porém, nos três países, especialmente no

México e Brasil, as rádios e jornais tiveram perda substancial enquanto meios procurados para informação política. É fundamental salientar que as principais alterações nos indicadores desse gráfico ocorrem exatamente no período de protestos, porém não são bem detalhadas pela série histórica do Latinobarómetro devido ao lapso temporal entre os anos 2011 e 2015, momento de efervescência dos protestos nesses três países.

Assumimos como pressuposto que esse processo de reconfiguração das fontes de informação política no Brasil, México e Peru, associado aos protestos mediados pelas mídias sociais digitais, foi a porta de entrada para novas lideranças na arena política. Portanto, ao estudar a emergência dessas novas lideranças políticas, esta pesquisa também contempla uma análise do contexto da emergência dessas lideranças, o papel dos protestos e das mídias sociais digitais para a emergência e para a manutenção ou não desses novos líderes na cena política.

Em menos de duas décadas, o número de usuários conectados à internet na América Latina foi multiplicado, tendo havido significativo avanço não somente na quantidade de pessoas com acesso, mas também no tempo pelo qual os usuários a utilizam a internet rotineiramente. Esse fenômeno pode ser explicado, principalmente, pelo acesso facilitado à internet através de telefones celulares e pela difusão de redes sociais digitais, especialmente na última década (2010–2020).

Figura 12 – Usuários de internet na América Latina por porcentagem da população



Fonte: Observatório Regional de Banda Larga da CEPAL/UIT – World Telecommunications Indicators Database (ITU, 2017).

Os dados da Figura 12 apontam o amplo crescimento do acesso à internet na América Latina entre os anos 2010 e 2016. Argentina, Uruguai, Costa Rica e Chile são os países com maior proporção de conectados desde o ano 2000, permanecendo também acima da média da América Latina no ano 2016. Os casos mais destacados são o Brasil, Colômbia, República Dominicana e Venezuela, que estavam abaixo da média da América Latina no ano 2000 e que em 2016 já haviam superado essa média. Em relação aos casos selecionados, é perceptível o avanço da internet no Brasil e México, ultrapassando a média de acesso da América Latina e Caribe.

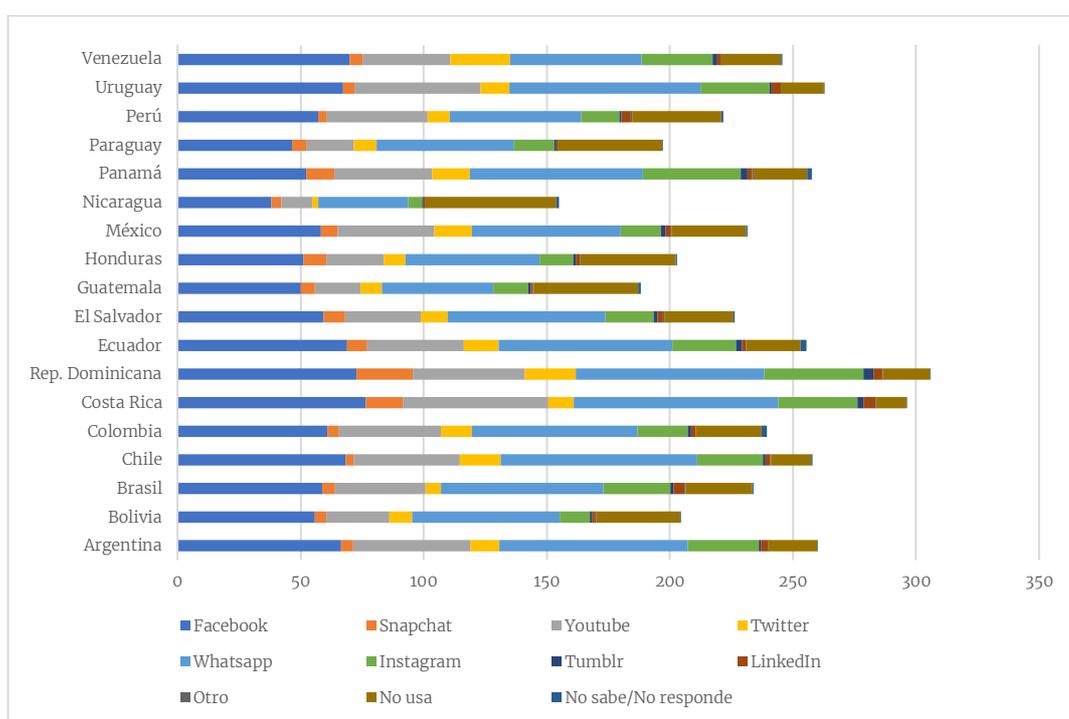
Dados referentes ao ano de 2019 descrevem que o Brasil possui 70% da sua população conectada à internet, com 149.100.000 usuários; o México tem 68,2% da sua população conectada, com 88.000.000 de usuários, e o Peru tem 75% da sua população conectada, com um contingente de 24.000.000 conectados. Os dados sobre o tipo de conexão também apontam um aumento significativo da banda larga e da conexão por aplicativos móveis, como *smartphones* e *tablets* (STATISTA, 2019). Embora a inclusão ao acesso à internet seja alta, grande parte desse acesso é precário, limitado e concentrado nas regiões mais ricas de cada país. Nesse contexto, o que mais é difundido como ferramenta de acesso à internet são os aparelhos celulares e, como ferramenta de informação política, as mídias sociais digitais.

Além dos dados sobre o número e proporção da população conectada, é fundamental compreender os perfis de uso e, no caso desta pesquisa, o uso de mídias sociais digitais para informação política, em específico. O uso de mídias sociais digitais inaugura um novo tempo da internet. O novo formato de contatos que estabelece, que aumenta ainda mais o quantitativo de produtores e disseminadores de conteúdo, e o seu modelo de disseminação de uso gratuito, com plataformas que promovem interação simultânea adequada aos aparelhos celulares, fazem com que as mídias digitais se tornem um importante elemento de consumo da maioria dos usuários de internet.

As mídias sociais digitais também promovem um outro tipo de interação, baseado em uma experiência centrada na pessoa do usuário, na sua experiência momentânea, a todo tempo, como explica Sustain (2017). Um exemplo dessa experiência é a pergunta do Facebook, “o que você está pensando agora, [seu nome]?”. Esse tipo de experiência permite que a mídia social digital Facebook se torne um diário público, cotidiano, atraindo usuários para que expressem o que pensam e o que sentem, de forma a se conectarem a outros, a estabelecerem redes de relações conectadas por interesses e disposições pessoais, mas tecnologicamente mediadas, a exemplo das *hashtags* e dos algoritmos.

As *hashtags*, enquanto elemento aglutinador de termos vinculados nas mídias sociais, marcadamente usando o símbolo #, possibilitam a contagem e busca fácil das repetições de um termo, além de possuírem a função de estabelecer vínculos e criar redes de compartilhamento de conteúdos com base na experiência de cada usuário. O mesmo se aplica às reações, compartilhamentos e comentários dados nas mídias sociais. Cada conteúdo criado e compartilhado ou cada reação do usuário alimenta bases de dados que, articuladas de forma inteligente com base em aprendizagem de máquina, alimentam conteúdos e retroalimentam a experiência do usuário (SUSTEIN, 2017).

Figura 13 – Uso de redes sociais na América Latina



Fonte: Latinobarómetro 2018.

Ao analisar os dados de penetração das mídias sociais digitais na América Latina, é perceptível a predominância do Facebook e do aplicativo de mensagens WhatsApp em quase todos os países, ambos pertencentes ao mesmo conglomerado econômico. O YouTube aparece em terceiro na lista dos mais utilizados. É importante destacar as similitudes em proporção de uso das redes sociais nesses diferentes países. Nos casos dos países analisados, o destaque também é para o Facebook e o WhatsApp. Com base nos dados do Latinobarómetro de 2018, no Brasil, 58% da população utilizava o Facebook; no México, 58,2%, e no Peru, 57,1% utilizavam essa mesma rede. Quanto ao YouTube, o Brasil aparece com 37%, o México com 39,4% e o Peru com 40,8% da população utilizando essa mídia digital no período da pesquisa. O Twitter possui um

número relativamente menor de usuários, mas é tratado pela literatura especializada como a principal mídia social digital produtora de conteúdo, especialmente por ter entre os seus usuários um público mais influente e cujo conteúdo produzido perpassa outras mídias digitais. Estima-se, com base nesses dados, que o Twitter, em 2018, possuía no seu rol de usuários 6,2% da população brasileira, 15,2% da população mexicana e 9,1% da população peruana. O WhatsApp, embora com número expressivo de usuários, ultrapassando os números do Facebook no Brasil e no México, não foi considerado para a análise deste trabalho, dadas as limitações específicas para acesso aos grupos privados desse aplicativo de mensagens¹.

Nesse contexto, é importante compreender como a ampliação do acesso à internet contribui para os processos de informação política e quais os usos da internet no âmbito político e de formação da opinião pública na América Latina, em especial nos países analisados (Brasil, México e Peru).

O crescimento da internet como fonte de informação política ganha destaque, no Brasil, com o contexto eleitoral de 2008, ocasião em que diversos candidatos investiram nas plataformas de mídias para marketing de campanha. Fora do contexto eleitoral e das produções de campanhas eleitorais, as mídias sociais digitais se tornaram um espaço de intensos debates públicos, que foram estruturantes para as manifestações de rua a partir de 2013.

Embalados pelos ideais de combate à corrupção, crítica ao governo, contra o aumento do preço de passagens de ônibus coletivos e contra os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol no Brasil, os protestos pós-2013 foram marcados pela mobilização via mídias sociais digitais, pela intensificação do debate público e pelo fundamental papel das mídias sociais digitais, o que culminou em um polarizado debate no Brasil. Nas mobilizações da nova direita, além da pauta anticorrupção, predominava um forte discurso contra as elites políticas e contra os partidos, exemplificado pela retirada de bandeiras e outros símbolos representativos de partidos políticos das mãos dos manifestantes em algumas manifestações ocorridas no país (TELLES, 2015).

No contexto mexicano, a internet começou a ser utilizada massivamente como fonte de informação política no ano 2008. Porém, é no contexto das manifestações de rua, iniciadas em 2013, que suas plataformas, em especial as mídias sociais digitais, passam a ocupar um lugar central na informação política. Durante o período de

¹ Para esforços no sentido de compreender as implicações do WhatsApp nos processos eleitorais, ver Bastos dos Santos et al. (2019).

eclosão de protestos juvenis, em 2013, as mídias sociais digitais foram fundamentais na divulgação das informações.

Além dos jovens, estudantes e cidadãos autônomos que foram às ruas, houve, no contexto mexicano, um conjunto de manifestações convocadas diretamente pelo então candidato à presidente Andrés Manuel Lopes Obrador (AMLO). As pautas principais das manifestações de 2013 e 2014, no México, foram as privatizações, a qualidade do transporte público e as críticas à corrupção e ao governo.

Assim como nos demais países analisados, no contexto do Peru, é a partir de 2008 que a internet começa a ascender como um meio onde se busca informação política. A partir desse momento inicial, a internet vem crescendo como fonte de informação política, e as mídias sociais digitais vêm sendo utilizadas por líderes políticos digitais e pela descendência de Fujimori. Keiko e Kenji Gerardo Fujimori aparecem com forte visibilidade e com muita interação em suas páginas nas mídias sociais digitais.

No Peru, diversos protestos também foram mobilizados via internet e mídias sociais digitais, como o *#NoALaRepartija*, que apresentou indignação em relação a uma decisão do Congreso de la Nación de indicação de pessoas a cargos públicos, e contra a *#LeyPulpín*, que buscava incluir jovens no mercado de trabalho sem direitos trabalhistas. Em ambos os protestos, além do tema central, predominavam os discursos antipolítica e contra a corrupção.

Nesses três países, as mídias sociais digitais são elementos fundamentais para a compreensão da conjuntura política na última década. Conforme afirma Moreno (2018) sobre o contexto mexicano, as eleições de 2018 foram marcadas por uma geração de eleitores altamente conectada, especialmente as gerações mais jovens e nos centros mais ricos do país. Essa geração conectada é marca de uma onda de mobilizações iniciada em 2014, que levou à instituição de candidaturas independentes e elegeu diversos candidatos independentes a partir das eleições regionais de 2015 no México.

No contexto brasileiro, as eleições presidenciais de 2018 foram marcadas por um processo eleitoral em que as mídias digitais foram extremamente utilizadas como ferramenta de campanha oficial e extraoficial. Essas eleições marcam também um aprofundamento do uso das mídias digitais que já ocorria desde as eleições 2010, porém com menor intensidade. É relevante destacar que as mobilizações via mídias sociais também foram expressões marcantes dos protestos antipolítica a partir de 2013, e que as eleições de 2018 tiveram o maior desempenho eleitoral desses grupos

que emergiram como novas lideranças políticas a partir dos protestos (BASTOS DOS SANTOS et al., 2019; SILVA, 2018).

Tanto no contexto brasileiro quanto no mexicano, as eleições presidenciais de 2018, além do amplo percentual de eleitorado conectado, também foram permeadas por ampla descrença política nos partidos políticos e nas instituições, apresentando campanhas fortemente personalistas. No México, as eleições resultaram na vitória do candidato de esquerda Andrés Manuel Lopes Obrador, em um partido jovem (MORENA) fundado pelo próprio candidato (MORENO, 2018; SILVA, 2020). No Brasil, resultaram na vitória de Jair Bolsonaro, candidato por um partido minoritário que se alçou, junto com as eleições presidenciais, ao partido com a segunda maior bancada na Câmara Federal (SOLANO, 2018; SILVA, 2018).

No caso das eleições presidenciais peruanas de 2016, a disputa foi extremamente acirrada entre a candidatura fujimorista de Keiko Fujimori (Fuerza Popular), filha do ex-ditador Alberto Fujimori, e a candidatura de Pedro Pablo Kuczynski (Peruanos Por el Kambio – PPK, partido insurgente e personalista cuja sigla são as iniciais do nome de seu fundador e candidato à presidente eleito), que derrotou Fujimori por uma pequena diferença. Os eleitores altamente conectados apresentaram também ampla descrença e indignação contra a política tradicional, contra os políticos e os candidatos anteriormente eleitos; e os candidatos, mesmo com longa trajetória política, apresentaram-se como líderes de uma renovação política, como a mudança contra “o sistema corrupto” e os velhos políticos, sintomas da antipolítica (TELLES, 2016; SOLANO; 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na abordagem da legitimidade, questionamos: estariam essas democracias em crise de representação ou esses dados tratam apenas de uma constatação da cultura política local, que permanece historicamente desconfiada e com resquícios das experiências ditatoriais? (CASTELLS, 2018; MAIR, 2015; ROSE e MISHLER, 1998; TORCAL, MONTEIRO e GUNTHER, 2003; POGUNTKE, 1996). Embora seja curta a série histórica de dados de opinião pública sobre a representação política nas democracias latino-americanas, o declínio tendencial de aumento da desconfiança na democracia e nos partidos apresenta um cenário de agravamento da crise de representação. A percepção da corrupção e as profundas alterações no consumo de informação política, que migra cada vez mais para as mídias sociais digitais e se expressa em protestos antipolítica, são sintomáticos de uma crise de representação, semelhante àquelas presentes nas velhas democracias (CASTELLS, 2013, 2018; MAIR, 2015; TELLES, 2015, 2016).

A indignação contra os partidos e “a velha política” no formato ocorrido previamente à conjuntura eleitoral de 2018 no Brasil e México e prévia às eleições 2016 no Peru, configura-se como um fenômeno relacionado fortemente com o acesso às mídias sociais digitais. Porém, apesar de ser expresso nessas mídias, a razão para a ampla desconfiança e indignação está na crise de representação, que, como denominou Castells (2018), é uma crise de desconfiança.

Tanto no Brasil quanto no México e no Peru, os movimentos contestatórios apresentavam forte desconfiança e indignação quanto à legitimidade dos principais partidos políticos. Ao mesmo tempo, mantinha-se e mantém-se confiança significativa em instituições não representativas, como a religião e os militares. Soma-se a isso o aumento da percepção da corrupção e do sentimento de que as condições econômicas pioraram por causa da corrupção.

É nesse bojo que as mídias sociais digitais foram tomadas como plataformas de informação política e de mobilização dos protestos antissistema que permitiram as eleições de candidaturas antissistema tanto no Executivo quanto no Legislativo no Brasil, México e Peru.

Diante desta análise, foi possível identificar que as razões para a onda recente de desconfiança e indignação na política, embora se manifeste via mídias sociais digitais, não estão relacionadas ao aumento do número de pessoas conectados à internet, mas à crise de representação política que se agravou na última década (2010-2020).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pelo apoio à execução dessa pesquisa através da bolsa de doutorado PROEX – Programa de Excelência Acadêmica. Esse trabalho só foi possível graças à UFMG (Brasil) e ao ITAM (México) e as orientações de (Helci)Mara Telles e Alejandro Moreno. Por fim, agradeço aos pareceristas que fizeram excelentes contribuições e à Angie Braga que fez a revisão do texto.

SOBRE O AUTOR

Joscimar Silva é diretor de finanças na Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (ABRAPEL), coordenador adjunto do Grupo de Investigación Comunicación Política y Comportamiento Electoral en América Latina, da Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (LATICOM/ALACIP).

REFERÊNCIAS

1. AHRENS, Jan Martínez. Candidatos independentes desafiam o sistema político mexicano. *El País*, 05 out. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/05/internacional/1444067967_053816.html>. Acesso em: 23 maio 2020.
2. ALMEIDA, Helga N. *Representantes, representados e mídias sociais: mapeando mecanismo de agendamento informacional*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
3. ARAÚJO, Rafael de P. A.; PENTEADO, Cláudio Luis C.; SANTOS, Marcelo B. P. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v. 22, supl., p. 1597-1619, dez. 2015. DOI: 10.1590/S0104-59702015000500004
4. AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). *Opinião Pública*, v. 24, n. 2, p. 270-290, 2018. DOI: 10.1590/1807-01912018242270
5. AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.
6. AZEVEDO, Fernando A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 88-113, abr./maio 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29399.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2020.
7. BAPTISTA, Érica Anita. Corrupção política e avaliação de governo: o caso da Lava Jato. *Aurora*, v. 11, n. 32, p. 128-148, jun./set. 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/38307>>. Acesso em: 31 mar. 2022.
8. BAPTISTA, Érica Anita. *Corrupção e opinião pública: o escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff*. 252 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
9. BAQUERO, Marcello. Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política. *Sociedade e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 181-192, 2010. DOI: 0.5216/sec.v13i2.13421
10. BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.
11. BASTOS DOS SANTOS, João Guilherme et al. WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. *Comunicação & Sociedade*, v. 41, n. 2, p. 307-334, 2019. DOI: 10.15603/2175-7755/cs.v41n2p307-334
12. BONIFÁCIO, Robert; FUKS, Mario. Desvendando a relação entre corrupção e participação política na América Latina: diagnóstico e impactos da exposição a atos corruptos sobre a participação política. *Revista Sociologia e Política*, v. 25, n. 63, p. 27-52, set. 2017. DOI: 10.1590/1678-987317256302
13. CARBALLO, Marita; MORENO, Alejandro. *El cambio de valores en América Latina*. Ciudad de México: CESOP, 2013.
14. CARLETTA, Ileana. Liderazgo. In.: CRESPO, Ismael et al. (Coords.). *Diccionario enciclopédico de comunicación política*. Madrid: ALICE/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2016.
15. CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
16. CASTELLS, Manuel. *De la crisis económica a la crisis política*. Madrid: La Vanguardia Ediciones, 2016.
17. CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
18. CORONEL, Omar. ¿Por qué el malestar social en Peru no estalla como en otros países sudamericanos? *The Conversation*, 02 dez. 2019. Disponível em: <<https://theconversation.com/por-que-el-malestar-social-en-peru-no-estalla-como-en-otros-paises-sudamericanos-128096>>. Acesso em: 23 maio 2020.
19. EDELMAN TRUST BAROMETER. *Trust Barometer 2018*. 2018. Disponível em: <<https://www.edelman.com.br/estudos/trust-barometer-2018>>. Acesso em: 19 jun. 2019.
20. ERYSEWICZ, Leandro. ¿Qué liderazgo para América Latina? *Visioni Latinoamericane*, n. 15, p. 32-49, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10077/12984>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

21. FILGUEIRAS, Fernando. Corrupción y cultura política: su percepción en Brasil. In: TELLES, Helcimara; MORENO, Alejandro (Coords.). *El votante latinoamericano: comportamiento electoral y comunicación política*. Ciudad de México: Cámara dos Diputados, 2015. p. 159-184.
22. FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
23. FREIDENBERG, Flavia. *La tentación populista: una vía al poder en America Latina*. Madrid: Síntesis, 2007.
24. INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). *World telecommunication/ICT Indicators Database online*. Genenva, 2017. Disponível em: <<http://handle.itu.int/11.1002/pub/81733fd9-en>>. Acesso em: 02 dez. 2020.
25. INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). *Measuring the information society report 2016*. Genenva, 2016.
26. KERCHE, Fabio; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018.
27. LATINOBARÓMETRO. *Série histórica 1995-2018*. 2018. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org>>. Acesso em: 23 mar. 2021.
28. LA PUENTE, Victor. *La corrupción en España: un paseo por el lado oscuro de la democracia y el gobierno*. Madrid: Alianza Editorial, 2016.
29. MAIR, Peter. *Gobernando el vacío: la banalización de la democracia occidental*. Madrid: Alianza, 2015.
30. MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, p. 05-34, 1995. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_01.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.
31. MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 115-134, jun. 2003. DOI: 10.1590/S0104-44782003000100010
32. MORENO, Alejandro. *El cambio electoral: votantes, encuestas y democracia en México*. México: FCE, 2018.
33. MORENO, Alejandro; SIERRA, Eduardo. Capturando el silencio 2.0: el fenómeno spiral of silence en Facebook. *Em Debate*, v. 8, n. 7, p. 48-72, dez. 2016.
34. NORRIS, Pippa (Ed.). *Critical citizens: global support for democratic government*. Nova Jersey: Oxford University Press, 1999.
35. PANEBIANCO, Angelo. Evitar a política? *Novos Estudos Cebrap*, n. 45, p. 51-57, jul. 1996.
36. PENTEADO, Claudio Luis C.; LERNER, Celina. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. *Em Debate*, v.10, n. 1, p. 12-24, abr. 2018.
37. POGUNTKE, Thomas. Anti-party sentiment – conceptual thoughts and empirical evidence: explorations into a minefield. *European Journal of Political Research*, v. 29, n. 3, p. 319-344. 1996. DOI: 10.1111/j.1475-6765.1996.tb00655.x
38. RICO, Guillem. *Líderes políticos, opinión pública y comportamiento electoral en España*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2009.
39. ROSE, Richard; MISHLER, William. Negative and positive party identification in post-Communist countries. *Electoral Studies*, v. 17, n. 2, p. 217-234, 1998. DOI: 10.1016/S0261-3794(98)00016-X
40. RUIZ, Leticia. *Percepciones y actores de la representación política en America Latina*. Barcelona: Huygens Editorial, 2017.
41. RUIZ, Leticia. Oferta partidista y comportamiento electoral en América Latina. In: TELLES, Helcimara S.; MORENO, Alejandro (Coords.). *El votante latinoamericano: comportamiento electoral y comunicación política*. México: Centro de Estudios Sociales y Opinión Pública, 2015.
42. SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil*. Cambridge University Press, 2018.
43. SANTANDER, Carlos Ugo (Ed.). *Los desafíos de la democracia y las elecciones en America Latina*. Lima: Ara Editores, 2009.

44. SELIGSON, Mitchell. The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries. *Journal of Politics*, v. 64, n. 2, p. 408-433, 2002. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2691854>>. Acesso em: 31 mar. 2022.
45. SILVA, Joscimar S. Partidismos y personalismo como indicadores para comprender la crisis de representación en nuevas democracias: un aporte al caso de elecciones mexicanas 2018. *Agenda Política*, v. 8, n. 1, p. 202-221, 2020. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero
46. SILVA, Joscimar S. Valores e crise de representação na América Latina: podemos antever um personalismo político. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 25, p. 269-287, 2018. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2020/4826-1589543313.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2021.
47. SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. *Análise*, v. 42, 2018. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2020.
48. STATISTA. *Internet usage in Latin America*. 2019. Disponível em: <<https://www.statista.com/study/14147/internet-usage-in-latin-america-statista-dossier/>>. Acesso em: 20 maio 2020.
49. SUNSTEIN, Cass R. *#republic: divided democracy in the age of social media*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
50. TELLES, Helcimara S. Democracia de democratas insatisfeitos e a emergência dos alternative-rights. *Em Debate*, v. 10, n. 1, p. 25-30, abr. 2018.
51. TELLES, Helcimara S. A crise política na ausência de política. *Em Debate*, v. 8, p. 17-26, 2016.
52. TELLES, Helcimara S. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional? *Interesse Nacional*, v. 8, p. 28-46, 2015.
53. TELLES, Helcimara de S.; MUNDIM, Pedro S.; BAPTISTA, Érica Anita. Não quero ser político, quero ser prefeito: navegando nas ondas da anti-política e do antipetismo em Belo Horizonte. In: TELLES, Helcimara de S.; LAVAREDA, Antônio (Orgs.). *Eleições municipais: novas ondas na política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. v.1, p. 103-142.
54. TORCAL, Mariano; MONTEIRO, José Ramon. Political disaffection in comparative perspective. In: TORCAL, Mariano; MONTEIRO, José Ramon (Org.). *Political disaffection in contemporary democracy: social capital, institutions and politics*. New York: Routledge, 2006. p. 3-20.
55. TORCAL, Mariano; MONTEIRO, José Ramon; GUNTHER, Richard. Ciudadanos y partidos en el Sur de Europa: los sentimientos antipartidistas. *Reis: Revista Espanhola de Investigaciones Sociológicas*, v. 3, n. 101, p. 9-48, 2003.
56. TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption perception index*. América. 2019. Disponível em: <<https://www.transparency.org/cpi2018>>. Acesso em: 15 abr. 2020.



Submissão em 27 de dezembro de 2021.

Aceito em 04 de abril de 2022.